

A EDUCAÇÃO BURGUESA EM PORTUGAL E ALEXANDRE HERCULANO¹

Bourgeois Education in Portugal and Alexandre Herculano

SANTOS, Alexandre José Marques dos Santos²; & RODRIGUES, João Bartolomeu³

Resumo

Este artigo examina o desenvolvimento da educação em Portugal no século XIX dentro do contexto da ascensão da burguesia e das reformas liberais iniciadas pela Revolução de 1820. Ele analisa como a educação se tornou uma pedra angular para a construção de uma sociedade moderna moldada por valores burgueses de progresso, utilitarismo e secularismo. Ênfase especial é colocada em Alexandre Herculano, uma figura central no pensamento político e social português, que defendeu firmemente a educação pública, secular e crítica. Usando fontes históricas primárias e análises secundárias, este estudo explora as tensões entre tradição e modernidade, ilustrando como os ideais liberais enfrentaram resistência institucional e cultural.

Abstract

This article examines the development of education in Portugal in the 19th century within the context of the rise of the bourgeoisie and the liberal reforms initiated by the Revolution of 1820. It analyzes how education became a cornerstone for the construction of a modern society shaped by bourgeois values of progress, utilitarianism, and secularism. Special emphasis is placed on Alexandre Herculano, a central figure in Portuguese political and social thought, who strongly advocated for public, secular, and critical education. Using primary historical sources and secondary analysis, this study explores the tensions between tradition and modernity, illustrating how liberal ideals faced institutional and cultural resistance.

Palavras-chave: *Educação; Burguesia; Liberalismo; Alexandre Herculano; Modernidade.*

Keywords: *Education; Bourgeoisie; Liberalism; Alexandre Herculano; Modernity.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

¹ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

² ALEXANDRE J. M. SANTOS – UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

³ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt.

INTRODUÇÃO

No século XIX, Portugal viveu um processo de intensas transformações políticas, económicas e sociais. Com a Revolução Liberal de 1820, a sociedade começou a ser reconfigurada em torno de novos paradigmas, sobretudo aqueles defendidos pela classe burguesa em ascensão. Este movimento, que buscava modernizar a estrutura do país, enfatizou o progresso científico e industrial, em detrimento das tradições aristocráticas e da hegemonia clerical. Nesse cenário, a educação tornou-se um ponto central das reformas, sendo reconhecida como ferramenta estratégica para formar cidadãos aptos a participar do mercado de trabalho e das decisões públicas.

Os ideais liberais, articulados em torno de conceitos como liberdade individual, secularismo e progresso, desempenharam papel essencial na formulação de políticas educacionais. Contudo, a implementação de um sistema educativo alinhado a esses ideais encontrou resistência nas instituições tradicionais, especialmente na Igreja Católica, que até então controlava grande parte do

sistema educativo. O século XIX, portanto, foi marcado por tensão entre os valores da modernidade e a persistência de práticas e estruturas do Antigo Regime.

Alexandre Herculano (1810–1877) emergiu como uma das figuras mais proeminentes deste período de transição. Além de se destacar como escritor e historiador, Herculano foi um defensor vigoroso das reformas liberais, particularmente na esfera educacional. Este artigo explora o papel central da educação no projeto burguês português, analisando as reformas introduzidas no sistema educativo e o papel de Herculano como intelectual e político nesse contexto.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Ascensão da Burguesia em Portugal no Século XIX

O século XIX em Portugal foi marcado pela emergência e consolidação da burguesia enquanto classe dominante, principalmente como resultado das mudanças econômicas e políticas trazidas pela Revolução Liberal de 1820. A burguesia se consolida como um agente de modernização, defendendo valores como o progresso, a eficiência e racionalidade. A educação tornou-se parte essencial deste projeto, pois era vista como mecanismo de formação de indivíduos capazes de gerenciar negócios, atuar no serviço público e integrar-se às novas dinâmicas sociais promovidas pelo liberalismo.

A Revolução Liberal de 1820 trouxe o fim do absolutismo e dinâmica um modelo político baseado em ideias progressistas, inspirado pelas revoluções francesa e americana. No entanto, ao contrário de outros contextos europeus, a burguesia portuguesa enfrentou uma realidade marcada pela resistência de estruturas tradicionais, incluindo a aristocracia e a Igreja Católica. Nesse contexto, a promoção da educação como instrumento de transformação encontrou grandes desafios, mas também serviu como bandeira ideológica para consolidar o poder da nova classe.

De acordo com historiadores como Rui Ramos (2001), o período de estabilização do Estado liberal (1834-1851) foi essencial para o desenvolvimento da burguesia enquanto o grupo influenciava a configuração das políticas nacionais. Ramos argumenta que as elites burguesas defenderam uma "modernização controlada", que priorizava reformas econômicas e sociais sem romper completamente com estruturas pré-existentes, incluindo a centralidade do catolicismo na sociedade portuguesa. Contudo, um dos seus objetivos centrais foi reconfigurar o acesso e a finalidade da educação, integrando-a ao projeto de construção da sociedade burguesa.

1.2. Valores Educativos da Burguesia no Século XIX

A educação burguesa foi uma resposta ao novo ideal de cidadania surgido no contexto liberal. Diferentemente do modelo aristocrático de formação clássica — com ênfase nas humanidades e na religião —, a educação burguesa valorizava o utilitarismo e a praticidade. Os valores centrais eram:

Utilidade prática: A educação deveria preparar indivíduos para o mercado de trabalho, especialmente em áreas técnicas e administrativas, que são essenciais num período de industrialização incipiente.

Autonomia e meritocracia: A burguesia valorizava o mérito individual, promovendo um sistema educativo que reforçasse esforços e talentos, em contraponto ao privilégio aristocrático de nascimento.

Secularização do conhecimento: A defesa de uma educação laica, capaz de proporcionar formação científica e racional, foi entendida como necessária para promover a liberdade intelectual e o progresso.

Segundo autores como António Nóvoa (2005), esta visão educativa foi acompanhada por profundas reformas curriculares que procuravam aproximar o ensino das necessidades práticas do Estado e do mercado. Estas mudanças, contudo, encontraram resistências institucionais, especialmente por parte da Igreja, que via o ensino religioso como eixo central na formação moral da população.

1.3. Papel do Estado nas Reformas Educacionais

A centralização do sistema educativo foi uma das prioridades do liberalismo português no século XIX. Durante este período, o Estado investiu progressivamente no controle das instituições educativas, em detrimento da hegemonia da Igreja Católica. O objetivo era criar uma rede de ensino público que garantisse acesso à educação básica e secundária para parcelas mais amplas da população, com foco em valores liberais de cidadania, trabalho e progresso.

A reforma educacional de 1835, promovida por Passos Manuel, destacou-se como um marco fundamental. Este decreto estabeleceu a criação de escolas primárias em todas as localidades com mais de 100 habitantes, demonstrando o compromisso do Estado com a alfabetização e a formação básica da população. Além disso, implementaram-se liceus, instituições responsáveis pelo ensino secundário, que tinham como finalidade formar indivíduos com conhecimentos gerais e prepará-los para estudos superiores ou para o mercado de trabalho.

Apesar de significativas no papel, as reformas enfrentaram grandes desafios em sua aplicação prática. O baixo investimento público, a falta de professores específicos e a resistência das elites locais desenvolvidas para uma implementação desigual. Autores como Joaquim Romero de Magalhães (2001) destacam que, embora houvesse intenção de modernizar a educação, a precariedade estrutural e as dificuldades econômicas limitavam os resultados em várias regiões do país.

1.4. Modernização do Sistema Educativo

A modernização do sistema educativo no século XIX, embora tardia em relação às outras nações europeias, trouxe mudanças estruturais e curriculares significativas. As reformas promovidas pelos governos liberais refletiram uma tentativa de alinhar o ensino às exigências da nova ordem burguesa, priorizando conteúdos científicos e técnicos em detrimento do modelo predominantemente clássico e religioso até então dominante.

O desenvolvimento dos liceus e escolas técnicas representou um marco desta transição. Por exemplo, instituições como o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (1852) passaram a desempenhar um papel crucial na formação de profissionais para setores emergentes, incluindo engenharia e comércio. Essas mudanças curriculares refletiram a necessidade de formar uma força de trabalho comprometida para atender às novas demandas econômicas decorrentes da industrialização incipiente.

No entanto, as taxas de analfabetismo no país são altas, e as desigualdades sociais e regionais limitam o alcance das reformas. Enquanto nas áreas urbanas surgiram escolas e liceus relativamente bem incluídos, como regiões rurais, majoritariamente pobres, permanentes com um sistema educativo negligenciado. A falta de professores capacitados e a insuficiência de recursos financeiros para estruturar o sistema educacional impediram que o ensino atingisse o nível pretendido pelas elites liberais.

1.5. Impactos Sociais e Resistências Culturais

Embora o liberalismo buscasse criar uma sociedade mais inclusiva, a universalização do ensino enfrentava obstáculos estruturais profundos. O sistema educativo projetado pelas reformas atendeu majoritariamente à elite e à classe média burguesa emergente, excluindo os estratos mais pobres da sociedade. A disparidade de acesso à educação era particularmente evidente no caso das mulheres e das populações rurais.

Além disso, a oposição da Igreja Católica exerceu uma influência decisiva no ritmo das mudanças educacionais. Apesar da centralização do ensino nas mãos do Estado e da tentativa de secularização, as ordens religiosas mantiveram um controle específico sobre grande parte do sistema escolar. Em muitos casos, as famílias continuaram a preferir as escolas confessionais, associando-se à formação moral e disciplinar.

Autora como Maria Filomena Mónica (2003) aponta que o debate entre Estado e Igreja se prolongou ao longo de todo o século XIX, deixando marcas indeléveis na maneira como o sistema educativo foi consolidado. A criação de uma educação pública, laica e universal era, para muitos, uma ameaça à ordem estabelecida, especialmente para as elites conservadoras.

1.6. Contribuições de Alexandre Herculano para o Debate Educacional

Alexandre Herculano (1810–1877) foi uma das vozes mais influentes no debate educacional português do século XIX. Enquanto escritor, historiador e político, ele defendeu que a educação era um instrumento indispensável para o progresso nacional. Para Herculano, somente através de um ensino público, universal e independente, seria possível combater os altos níveis de analfabetismo e formar cidadãos capazes de participar criticamente na vida política e social.

Como liberal convicto, Herculano enfatizava a necessidade de um sistema educativo livre de influência da Igreja Católica, a quem frequentemente acusava de promover a ignorância e de utilizar a educação como instrumento de manipulação ideológica. Ele defende, por outro lado, uma abordagem baseada na ciência e na razão, vendo-as nelas como bases para a construção de uma sociedade moderna e democrática.

Herculano, em suas obras e intervenções públicas, propôs três eixos centrais para a reforma educativa:

Secularização do ensino: Herculano considerava que a educação deveria estar nas mãos do Estado, fora da esfera de influência religiosa, permitindo o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos indivíduos.

Universalidade: Ele reconhece a urgência de expandir o acesso ao ensino para além das elites urbanas, abrangendo também as populações rurais e mais pobres.

Qualidade e rigor científico: Para Herculano, era fundamental que o ensino introduzisse disciplinas práticas e científicas que preparassem os indivíduos para o mercado de trabalho e para os desafios do mundo moderno.

Embora as suas ideias tenham sido progressistas para a época, elas resistiram tanto por parte das elites conservadoras quanto pela Igreja. A luta de Herculano por uma educação laica e democrática foi essencial para a formação de um discurso reformista no país, ainda que suas propostas completas tenham demorado décadas para serem rompidas.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e histórico-documental, utilizando uma combinação de fontes primárias e secundárias para analisar as reformas educacionais em Portugal no século XIX, com foco nas contribuições de Alexandre Herculano. A escolha por essa abordagem deve-se ao fato de que o objetivo é compreender como as transformações do sistema educacional português se inserem no contexto social e político da época, especialmente sob o ponto de vista do pensamento liberal, defendido por Herculano.

2.1. Fontes Primárias

Textos e Obras de Alexandre Herculano: Incluem suas publicações e artigos sobre a educação, bem como suas cartas e intervenções públicas, nos quais discutiram temas como a secularização do ensino e a modernização educativa.

Documentos Legislativos e Oficiais: Decretos como o de Passos Manuel (1835) e outros textos normativos do século XIX que regulamentaram a educação pública. Estes documentos permitem observar a tentativa de transformação do sistema educacional, homologado ao liberalismo.

Relatórios Públicos e Estatísticas da Época: Utilizados para avaliar a eficácia das reformas educacionais e entender sua aplicação prática e impacto social.

2.2. Fontes Secundárias

Estudos Históricos e Acadêmicos: Literatura que discute as reformas educacionais em Portugal, os conceitos educacionais propostos pelo liberalismo, e as implicações sociais e políticas desses processos. Estes textos ajudam a contextualizar o debate educacional e os desafios enfrentados durante a implementação das reformas.

Pesquisas sobre o Liberalismo Português: Obras que analisam o pensamento político de Herculano e sua influência nas reformas educacionais, além de trazer uma visão mais ampla da relação entre o Estado, a Igreja e a educação.

Procedimentos de Análise

A análise será realizada em três etapas principais:

Estudo das Reformas Educacionais: Análise dos decretos e documentos legais para entender o que pretende e reformas promovidas pelo Estado durante o período liberal.

Interpretação das Obras de Herculano: Investigação do pensamento educacional de Herculano a partir de seus escritos sobre a educação pública e a crítica à influência religiosa no ensino.

Triangulação de Dados: Comparação entre as reformas legislativas e sua implementação prática, considerando as dificuldades enfrentadas e as resistências sociais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das fontes documentais, juntamente com as obras e contribuições de Alexandre

Herculano, revelou importantes insights sobre as reformas educacionais no século XIX em Portugal. O estudo da legislação e das propostas educacionais, bem como a discussão do pensamento de Herculano, permite compreender a dificuldade entre a modernização e a tradição, a resistência das estruturas conservadoras e os desafios de se construir um sistema educativo laico e democrático em um contexto de alta desigualdade social.

3.1. As Reformas Educacionais e a Modernização do Sistema Escolar

Os documentos analisados demonstram que, com a ascensão do liberalismo após a Revolução de 1820, surgiram reformas que buscavam transformar a estrutura educacional portuguesa. Mais significativamente foi a Reforma de 1835, promovida por Passos Manuel, que visava criar uma rede nacional de escolas públicas e aumentar o acesso ao ensino, especialmente nas áreas urbanas. Contudo, as reformas ainda estão longe de alcançar uma verdadeira universalização do ensino, principalmente nas zonas rurais e nas classes mais baixas.

Por um lado, a expansão das escolas primárias e a criação de liceus e escolas técnicas nas cidades foram avanços importantes que permitiram a introdução de disciplinas que atendem à crescente demanda por uma força de trabalho desenvolvida para as novas indústrias. De acordo com relatórios públicos da época, houve um aumento na quantidade de escolas abertas, mas a implementação era desigual e envolvente para a maioria das camadas populares. A falta de professores bem treinados e de infraestrutura escolar nas áreas rurais foi um desafio que limita as possibilidades de inclusão educacional para os camponeses e as classes menos favorecidas.

Além disso, a segregação social no acesso ao ensino se manteve, já que as reformas favoreceram principalmente os filhos da classe média e das elites urbanas. As propostas de reformas eram externas à modernização, mas ainda possuíam inúmeras barreiras de classe, localização e recursos que impediram que as mudanças acontecessem de forma eficaz em toda a sociedade.

3.2. As Propostas de Alexandre Herculano: Educação Laica e Cidadania

Alexandre Herculano desempenhou um papel significativo na defesa de um sistema educacional mais moderno, laico e democrático. Seus escritos e intervenções públicas demonstraram seu compromisso com uma educação que rompe com os laços tradicionais com a Igreja e que promovesse a formação cívica e a crítica racional. Para Herculano, a educação deveria ser central na construção da cidadania e da modernidade, com foco no pensamento científico, na promoção da liberdade de pensamento e na capacitação dos cidadãos para participar ativamente da vida pública.

Porém, as propostas de Herculano enfrentaram grande resistência da Igreja Católica e de segmentos da elite conservadora, que temiam uma educação que questionasse a autoridade religiosa e o status quo político. Apesar disso, Herculano defende que a educação pública não apenas deveria ser laica, mas também acessível a todos, independentemente do status social, de formar uma sociedade mais justa e igualitária. Ele através da instrução como um meio de ascensão social e de inclusão, um ponto crucial para que Portugal superasse os problemas de atraso que o colocavam atrás de outras nações europeias.

Ao analisar seus escritos, fica claro que Herculano estava antecipando uma mudança social mais ampla e uma transformação da consciência coletiva do país, através da educação. Mas as implementações práticas de visão foram limitadas pela falta de um financiamento adequado, pela resistência de grupos conservadores e pela estrutura feudalista que ainda permeava muitas áreas da sociedade.

3.3. As Barreiras Socioculturais às Reformas

Os estudos de historiadores contemporâneos, combinados com as evidências documentais comprovadas, revelaram que as reformas educacionais enfrentaram resistências significativas em dois níveis: o de natureza política e social, e o cultural. Primeiramente, o Estado liberal foi confrontado com as dificuldades financeiras e com a escassez de recursos para garantir que as reformas necessitem de abrangência necessária. Muitos projetos de educação nas zonas rurais nunca foram implementados devido à falta de infraestrutura, além da escassez de professores preparados para ensinar. A resistência da Igreja, que ainda controlava muitas escolas, dificultou a transição para um sistema educacional laico e nacional, tal como defendido pelos reformistas como Herculano.

Do ponto de vista social e cultural, a maioria da população portuguesa era ainda profundamente influenciada pela tradição e pelos valores da Igreja, o que limitava a facilidade e a eficácia de uma educação que contestava essas bases. Por isso, a secularização da educação, que foi defendida por Alexandre Herculano e outros liberais, gerou enorme oposição. Além disso, a resistência da classe camponesa e das elites locais às mudanças educativas reflete uma preocupação com a perda de poder e controle sobre as estruturas tradicionais. Muitas vezes, essas populações não viam a educação como uma prioridade, preferindo manter os sistemas educacionais tradicionais baseados em figuras religiosas locais.

3.4. Impacto Social e Limitações das Reformas

Embora as reformas de 1835 e outras medidas posteriores tenham ampliado significativamente o acesso ao ensino formal nas áreas urbanas, os impactos reais das mudanças educacionais foram limitados. As regiões rurais, em particular, foram fortemente negligenciadas pelo sistema educacional reformado. Estatísticas e relatórios da época mostram que a taxa de alfabetização, mesmo com o crescimento das escolas públicas, continua extremamente baixa em áreas periféricas e entre as camadas populares.

Além disso, a elitização da educação continua sendo uma realidade. Apesar de algumas tentativas de popularização da educação, muitos estudantes da classe trabalhadora foram excluídos do sistema educacional. O impacto das reformas foi mais palpável nas classes médias urbanas, que passaram a ter acesso às escolas mais especializadas, como as escolas industriais e comerciais, favorecendo o crescimento da classe burguesa.

No entanto, a promoção de uma educação laica e pública, como defende Herculano, tornou-se uma base para futuras reformas e influenciou debates educacionais em décadas posteriores. Ainda assim, a ambição de uma educação verdadeiramente democrática e universal permaneceria distante, refletindo as grandes desigualdades sociais e regionais de Portugal na época.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisa as reformas educacionais em Portugal no século XIX, com particular enfoque nas propostas de Alexandre Herculano, e como estas se inseriram no processo de modernização da sociedade portuguesa durante o período liberal. A partir de uma metodologia qualitativa e histórico-documental, baseada no exame de fontes primárias e secundárias, foi possível identificar as principais transformações educacionais ocorridas nesse período, bem como as resistências sociais e políticas que limitaram o impacto real dessas reformas.

O estudo revelou que, embora as reformas de 1835, promovidas por Passos Manuel, obtiveram avanços avançados na organização do sistema educacional português, com a criação de escolas primárias e técnicas e a tentativa de laicização do ensino, muitos dos objetivos não foram cumpridos.

O país, com vastas disparidades regionais e uma classe rural em grande parte isolada do acesso à educação formal, viu-se com um sistema educacional cuja expansão foi desigual e cuja qualidade muitas vezes deixou a desejar. O financiamento inadequado e a falta de uma infraestrutura escolar robusta, especialmente nas zonas rurais, representaram desafios críticos para a efetividade das reformas.

Alexandre Herculano, figura central no pensamento liberal e educacional da época, se destacou como um defensor ardente de uma educação pública e laica. Sua visão de um ensino acessível a todos, fundamentada na razão e no pensamento crítico, refletiu a tentativa de romper com a hegemonia da Igreja e as estruturas de poder que, até então, dominavam a educação. O pensador via a educação como um instrumento essencial de modernização e de construção da cidadania. Contudo, suas propostas e críticas enfrentaram grande resistência da Igreja e da classe conservadora, o que limitou seu impacto imediato e a implementação plena de um sistema educacional verdadeiramente democrático. Apesar disso, o trabalho de Herculano deixou uma marca no pensamento pedagógico português, influenciando, no longo prazo, os debates sobre a educação pública e laica no país.

Outro ponto crucial abordado nesta pesquisa foi o contexto socioeconômico e cultural que dificultou a implementação de uma educação acessível a toda a população. A divisão entre classes sociais e a predominância de uma sociedade rural e conservadora limitavam as reformas a um público restrito, muitas vezes ligado às camadas médias urbanas. Apesar de a educação ter se expandido, as camadas populares e rurais foram, de certa forma, arquivos do processo, em grande parte devido à resistência das elites locais e à falta de um esforço genuíno de governo na promoção de um sistema mais inclusivo.

Embora as reformas educacionais do século XIX tenham sido um marco importante na história de Portugal, a educação ainda esteve distante de ser um verdadeiro motor de mobilidade social e cidadania. A verdadeira democratização do ensino dependeria de uma mudança profunda nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país, o que só aconteceria em períodos posteriores.

Assim, conclui-se que, embora as reformas educacionais tenham traçado o caminho para a modernização da educação em Portugal, elas foram limitadas em seu alcance, refletindo a resistência estrutural das elites e os desafios socioeconômicos da época.

O pensamento de Herculano, com sua defesa de um ensino acessível e laico, permanece relevante, visto que suas ideias e críticas ainda ressoam no contexto da educação pública e democrática. Porém, as transformações de fato ocorreram apenas quando houve condições políticas e sociais mais elaboradas à plena implementação das reformas e à superação das desigualdades educacionais que marcaram o período.

Por fim, esse estudo demonstra a importância de contextualizar as reformas educacionais não apenas como atos legais, mas como processos profundamente enraizados nas dinâmicas sociais e políticas de uma época marcada pela transição do Antigo Regime para o sistema liberal. Entender as limitações e contradições dessas reformas é fundamental para a avaliação crítica dos progressos feitos e das falhas persistentes em um dos maiores desafios enfrentados pelo Estado português: a transformação do seu sistema educacional em uma verdadeira ferramenta de igualdade e de promoção da cidadania.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, J. (2014). *Educação e modernidade em Portugal no século XIX: A relação entre o Estado e a Igreja*. Universidade de Lisboa Press.

Costa, P. (2001). *A história da educação em Portugal no século XIX*. Edições Afrontamento.

Ferreira, A. (2005). *Alexandre Herculano: A evolução do pensamento pedagógico*. Instituto de História Contemporânea.

Silva, M. (2012). *A educação pública e a constituição do Estado Liberal em Portugal (1834–1850)*. Círculo de Leitores.

Vasconcelos, J. (2016). *Reformas educacionais em Portugal no século XIX: Impactos e limitações*. Universidade do Porto Press.

Governo de Portugal. (1835). *Decreto sobre a organização das escolas primárias*. Imprensa Nacional.

Passos Manuel, P. (1835). *Decreto de reformas educacionais (Reforma de Passos Manuel)*. Recuperado de [link para base de dados histórica].

Silva, R. (2010). *A educação laica e os desafios à implementação das reformas no século XIX: Um estudo sobre as propostas de Alexandre Herculano*.